



Anais da Assembléia

Nº 04

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaco - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO DA

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 1995.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

Às quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Joselito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Nilton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Guimarães Adur, Reny Borsato, Ricardo Chab, Samis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini, presentes ainda inúmeras autoridades civis, militares, eclesiásticas, representativas do Corpo Consular e demais convidados.

PERÍODO DE SESSÕES ORDINÁRIAS DA
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, declaro instalado o Período de Sessões Ordinárias, da Primeira Sessão Legislativa da 13.^a Legislatura, compreendido entre 15 de fevereiro a 15 de dezembro do corrente ano.

Na presente Sessão, Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado do Paraná, atendendo dispositivo Constitucional, lerá Mensagem que dará conta da situação do Estado e solicitará providências que julgue necessárias.

Convido para fazer parte da Mesa, a vice-Governadora, Deputada Emilia Belinati. Quebrando protocolo, mas é uma homenagem a primeira mulher paranaense a exercer o Governo do Estado.

Suspendo a Sessão por alguns minutos, até que Sua Excelência o Governador do Estado, ingresse nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

A Mesa está constituída pelo Senhor

Governador Jaime Lerner;

Pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento;

Pela Excelentíssima Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado;

Pelo Coronel Aviador Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Comandante do Núcleo do 2º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II;

Pelo Excelentíssimo Senhor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador Geral da Justiça;

Pelo Excelentíssimo Desembargador, Secretário de Estado da Justiça, Edson Vidal;

Pelo Senhor Carlos Jean Pierre Molinari, Consul-Geral da República da Itália, Decano do Corpo Consular;

Conselheiro Kiêlse Crisóstomo da Silva, Presidente do Tribunal de Contas;

Pelo Senhor José Carlos de Carvalho, Prefeito de Curitiba;

Pelo Senhor Professor Odair Tarcísio Rizzi, Pró-Reitor de Planejamento e orçamento da Universidade Federal do Paraná;

Pelo Senhor 1º Secretário, Luiz Carlos Martins;

Pelo Senhor 2º Secretário, Nelson Garcia.

Convido os presente a ouvirem o Hino Nacional.

É executado o Hino Nacional.

Senhor Governador, Senhoras e Senhores Deputados, autoridades presentes.

É com a maior satisfação que damos as boas vindas aos Senhores Parlamentares neste início de sessão legislativa e de uma legislatura que nos reunirá, pelos próximos quatro anos, para representar o povo do Estado do Paraná.

Ao mesmo tempo saudamos a presença do Governador Jaime Lerner, que pela primeira vez comparece para relatar a situação geral do Estado; escolhido que foi para dirigir o Paraná, igualmente pelo próximo quadriênio.

Este momento é importante, ainda, que por arcar o fim de um ciclo de História Pública da Nação - o da redemocratização iniciada em 1985 com a eleição presidencial de Tancredo Neves.

A investidura do presidente Fernando Henrique Cardoso assinala a chegada de uma nova fase, a da consolidação do pluralismo político demandado no ciclo anterior e que hoje não está mais em questão.

Entramos na era de construção de uma democracia de oportunidades, assentada no realismo das possibilidades nacionais.

O momento é oportuno, também, para bailarmos as linhas de atuação desta Assembleia Legislativa, no contexto da revalorização da instituição representativa como

expressão final da soberania popular.

Entre as funções geralmente associadas às Casas representativas, os pensadores citam a elaboração das leis, a representação do povo, a articulação e agregação de interesses, a associação e educação políticas, e a supervisão e fiscalização dos negócios públicos.

Todas as funções igualmente, diz o professor Joseph La Palombara, mas a primeira delas foi e continua sendo a da elaboração das regras gerais a que chamamos "lei".

Por que, "pelo simples fato de existir, a legislatura cria a idéia de que o povo está representado", o que legitima o funcionamento do Estado democrático, na visão daquele autor.

Isso devido a que um dos traços essenciais da democracia contemporânea é "a legitimação de todo poder público pelo consenso do povo, de modo a que nenhuma competência decisória se furte à eleição e à mudança", na lição do professor alemão Ulrich Scheuner.

Nessa dimensão, ninguém duvida serem as casas representativas desde os primitivos conselhos das tribos pré-históricas até o Parlamento britânico - o mecanismo de garantia das liberdades gerais para limitar a tentação do poder dado que, conforme advertia Montesquieu, "a própria virtude tem necessidade de limites" e "só o poder limita o poder".

Como o mesmo autor de "O Espírito das Leis" dizia que "a liberdade consiste sobretudo em não ser compelido a fazer algo que não é prescrito pela lei", as democracias confiaram às assembleias, não apenas "a insistência nas medidas indispensáveis ao bem geral da Nação", como "a resistência àquelas medidas de que a nação não precisasse ou das quais pudesse resultar qualquer dano aos cidadãos", segundo ensinava Woodrow Wilson em suas aulas de Direito Constitucional, antes de se tornar presidente dos Estados Unidos.

SENHORES

Esta introdução se justifica porque pretendemos sustentar uma política parlamentar ativa na Presidência desta Assembleia representativa do povo do Paraná.

Nossa disposição é a de mantido o princípio de harmonia no relacionamento entre os ramos do poder político do Estado - utilizarmos à plenitude as competências que o fim do arbítrio restaurou para o Poder Legislativo. Tais prerrogativas podem não ter sido exercidas devido a circunstâncias complexas que se associam a um tempo passado.

Mas a renovação dos mandatos pela união das urnas - ao revigorar nossa delegação na fonte pura soberania popular - restaura a integridade das competências que

estamos prontos a sustentar.

Assim como "nada pode ser feito a não ser por disposição de lei", sendo a lei "uma regra geral a que todos obedecem, quando emanada de um poder competente para elaborá-la"; é preciso enviar o ataque às liberdades públicas configurado na edição de comandos gerais de conduta do cidadão, por órgãos que não sejam fonte legítima da lei.

Isto porque, reconhecemos, com base na teoria clássica da divisão de poderes e na constituição, que cada um dos demais poderes constituídos na órbita política - a saber, executivo e judiciário - têm capacidade de iniciativa para a proposição da lei: mas só no poder legislativo reside a competência exclusiva para centralizar o processo de elaboração dos textos legais.

Outras instituições que orbitam na esfera estadual - tais como o Ministério Público, o Tribunal de Contas - estão adstritas, nesse capítulo, ao que dispõe a lei fundamental.

Essa competência não configura um privilégio no sentido medieval de vantagem injusta diante dos demais cidadãos; primeiro, por não ser atribuída a um indivíduo mas a um corpo coletivo de representantes - o que de si mesmo afasta o risco de despotismo, como doutrinava Montesquieu; depois, porque a missão de legislar conforme regras constitucionais estritas é sobretudo uma garantia para o cidadão e a sociedade.

Tal ocorre porque a lei deduzida segundo processos de formulação legítimos guarda princípios de generalidade e abstração, não se destinando a beneficiar ou punir alguém em particular.

Também, tais regras gerais vinculam de modo duradouro, no sentido e medida em que uma ordem legal permite às pessoas planejar seu curso de vida.

Outro requisito associado ao anterior é o da certeza, permitindo às pessoas regular sua conduta de modo claro em relação ao que é permitido ou proibido na formulação da sociedade.

Tais requisitos garantidores da proteção que o Estado democrático de direito deve assegurar ao povo, estão ausentes dos meros regulamentos administrativos, das posturas ou portarias, quando formulados por órgãos que não foram legitimados para a função legislativa.

Por isso eles claramente estão impedidos de exercitar tal poder, segundo a boa regra do regime democrático penosamente reconquistado entre nós.

Esta Assembleia - que já se firmara como a mais produtiva entre as legislaturas estaduais - vem buscando se aparelhar para responder às demandas da sociedade e dos demais ramos do poder constituído.

E se apresenta disposta a examinar, com espírito aberto e harmônico, quaisquer solicitações de elaboração de leis que sejam reputadas necessárias por outras instituições ou autoridades regularmente investidas.

Mas sustentará, com igual determinação, sua esfera de competência exclusiva na centralização do processo legislativo, evitando que atos regulamentares ou disposições internas de natureza infra-legal tenham caráter vinculatório da sociedade; não só por violação da diversidade de atribuições entre os poderes, mas sobretudo, na defesa das liberdades públicas que juramos defender em nome do povo do Estado do Paraná.

SENHORES

A rica fase histórica que estamos a iniciar, de reforma do sistema político brasileiro configurado em pontos da Constituição republicana - enseja ocasião para que também a Constituição Estadual seja ajustada aos reclamos da atualidade e da realidade.

Nesse sentido manifestamos a disposição de instalar uma Comissão Especial tão pronto algum destaque seja aprovado na esfera federal.

Durante o processo de reforma da ordem constitucional vigente estaremos acompanhando as mudanças, para igualmente propô-las ao exame dos delegados do povo paranaense reunidos em sessão extraordinária de revisão do nosso acordo fundamental.

Estimamos que tais ajustes sejam conduzidos com moderação e sensatez, aperfeiçoando pontos passíveis de melhoria e, mantendo dispositivos que a prática política aconselhar sejam consolidados.

Tudo com o melhor espírito público, em respeito aos cidadãos que nos delegaram o mandato e aos quais devemos o respeito e a responsabilidade.

Nós nos esforçaremos para fazer o melhor, por atenção ao juízo rigoroso da História mas, sobretudo, pelo dever de lutar, no limite de nossas forças e engenho, para a criação de um futuro melhor para o povo do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

APLAUSOS

Tenho a honra de conceder a palavra ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, digníssimo Governador do Estado, que lerá a Mensagem dando conta da situação do Estado.

O SR. GOVERNADOR JAIME LERNER - Exmo. Sr. Deputado Anibal Khury, digníssimo Pre-

sidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. Emilia Belinati, vice Governadora do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Coronel Aviador, Paulo Roberto Cardoso Vilariño, Comandante do Núcleo do 2º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo; Exmo. Sr. Edson Vidal, Secretário de Estado da Justiça; Senhores Secretários, Chefe da Casa Civil, Secretários de Governo, Secretário de Segurança, Secretário da Cultura, Secretário de Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Carlo Molinari, Cônsul Geral da República da Itália e Decano do Corpo Consular; Exmo. Sr. Conselheiro Kiêlse Crisóstomo da Silva, representando o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Exmo. Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, vice-Prefeito, representando o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo; Exmo. Sr. Secretário, Professor Odair Tarcísio Rizzi, Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças, representando S. Exa. o Senhor Professor José Henrique de Farias, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Exmo. Deputado Luis Carlos Martins, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Deputado Nelson Garcia, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Senhores Deputados, Prefeitos, Lideranças, imprensa, senhoras e senhores.

Eu queria fazer uma saudação especial também à menina Larissa Prestes Silva que me acompanhou na entrada neste momento tão importante que nós estamos vivenciado agora.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho a elevada honra de comparecer a esta Casa de Leis, para apresentar o Plano de Governo referente ao exercício de 1995.

Mais que o mandamento constitucional, contido no artigo 87, inciso X, da Carta Magna do Estado do Paraná, quero cumprir neste ato uma sólida convicção.

A de que o Governo deve ser uma causa compartilhada. Como tal, o princípio da co-responsabilidade deve se impor, como um processo permanente de construção do bem-estar.

Assim, quero desde logo manifestar o meu profundo apreço a esta Casa de Leis, que é, em última instância, a máxima representação da sociedade.

Assim será o entendimento do Executivo que, ao se conduzir com elevado respeito perante essa Casa, estará se remetendo também ao respeito sempre devido à população.

Como o Legislativo, também o Judiciário é parte permanente desta causa compartilhada.

E assim que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, preservados os princípios fundamentais de autonomia, podem e devem ser também um exemplo de harmonia na defesa dos mais elevados interesses coletivos. E essa será a conduta constante deste Governo, ancorado numa sólida determinação democrática. Quero reafirmar que o Paraná vai viver um período de harmonia com o Judiciário, o Poder Legislativo, como espero nunca aconteceu antes nessa história do Paraná.

Desejo neste momento cumprimentar a todos os Senhores Deputados, os que aqui estão para seu primeiro mandato e os que para esta Casa retornam para uma nova legislatura. E, ao fazê-lo, desde já manifesto o desejo de que as realizações de cada um, e desta Casa como um todo, possam alcançar plenamente a dimensão da esperança depositada nas urnas.

Senhores:

A expectativa de transformações me fez chegar ao Governo do Paraná.

Tenho a convicção de que, juntos, os poderes instituídos e a sociedade em geral, poderemos realizar plenamente essas expectativas.

Penso o Paraná como um todo orgânico que pode se mover de maneira integrada a um novo patamar de sua história, acentuando os seus potenciais e reduzindo significativamente as suas vulnerabilidades.

Estando fortemente assentados na agricultura, vivemos intensamente a tensão das safras, agora mesmo manifestadas ante as chuvas que, desde já, comprometem parte da nossa produção.

Reduzir essa tensão, ampliando significativamente a diversificação da produção, perseguindo a cadeia produtiva e tudo que aqui colhemos, é o passaporte para o fortalecimento da nossa economia e da difusão do bem-estar.

É nesse sentido que o Governo vai se empenhar profundamente, estimulando as potencialidades de cada região, para trazer ao nosso Estado os empregos e os impostos que os nossos produtos estão gerando lá fora. E isso nós faremos de forma integrada, ancorando as nossas possibilidades na sinergia entre investimentos públicos e privados. Governo e iniciativa privada podem - e devem, numa atuação conjunta - somar seus esforços na construção de patamares mais promissores para o Estado. Essa convergência é fundamental ante os cenários que se desenham pelo mundo e que, entre nós, têm no Mercosul a sua expressão mais palpável.

Se as ações pertinentes à infra-estrutura cuja concepção é tarefa típica do Governo, estão essencialmente ligadas ao novo momento que queremos viver, fundamentais se tornam no momento as ações so-

ciais.

Educação, saúde e segurança - setores em que as populações de todo o mundo cobram uma atuação firme do Governo - não podem ser tratadas de maneira isolada.

As suas possibilidades estão em grande parte relacionadas ao grau de desenvolvimento que possamos conceber.

Não há boas intenções em relação à saúde, educação e segurança, que possam sobreviver sem uma geração constante e crescente de riquezas que possam sustentá-las.

Igualmente, não é possível tal desenvolvimento e a justa distribuição de seus frutos se o Governo fechar os olhos e ouvidos para as necessidades básicas da população, especialmente as ligadas à educação e saúde.

É nesse sentido que estamos abrindo uma janela especial para a Educação em nosso Estado. Queremos um avanço permanente no ensino, que multiplique a disposição e o preparo do professor e o aproveitamento do aluno. Junto com os professores e os pais de alunos, haveremos de fazer no Paraná um exemplo edificante, seguindo a trilha de muitos países que, ao acordarem para a importância da educação, atingiram graus surpreendentes de desenvolvimento.

Também é nesse sentido que já estamos dando os primeiros passos para uma melhoria apreciável à saúde da população, imprimindo racionalidade e eficiência ao sistema que, já nos próximos meses contará com a marcação automática de consultas especializadas, o que representará conforto para o usuário e economia de tempo e de dinheiro para o Estado.

Senhores:

Tudo o que pensamos para o Estado, e que pode ser melhor compreendido na Mensagem que estou encaminhando a esta Casa neste momento, tem como objetivo maior a promoção do ser humano.

Desde já, sei que poderei contar com a permanente parceria do Poder Legislativo, como já ocorreu com a aprovação da Lei 11.066, que readequou a estrutura básica do Executivo. E, por isso, devo manifestar o meu agradecimento, posto que esta reestruturação era essencial para agilizar o funcionamento do Executivo e, assim, aparelhá-lo para os novos caminhos que estaremos percorrendo.

Vamos, juntos, percorrer esses novos caminhos.

E que os anos em que vamos conviver no exercício do Poder possam testemunhar a história de um período de harmonia e crescimento, em que as pessoas vislumbrem uma nova perspectiva e dela participem.

Estou certo de que o nome de cada um dos senhores estará profundamente associa-

do a essa nova história que haveremos de escrever no Paraná.

Muito obrigado.

Quero fazer um agradecimento especial à minha amiga a menina Larissa Prestes Silva, (Palmas) que me entregou na entrada da Assembléia esse bilhete: "Governador Jaime, meu sonho era conhecê-lo, que os anjos o ajudem a Governar o Paraná.

Com amor e carinho de sua sempre amiga, Larissa Prestes Silva." (Palmas)

Eu quero dizer que durante os dias que nós percorremos o Estado nessa caminhada o nosso olhar estava centrado ao olhar de esperança das crianças, professores, trabalhadores rurais, e todas as pessoas que fazem desse Estado o seu Projeto de vida.

E esse olhar das crianças eu quero dizer à Larissa, eu não vou me esquecer, nos quatro anos de Governo estarei, assim como a nossa equipe, concentrando todos os esforços para que esses olhares de esperança não sejam frustrados.

Muito obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há sobre a mesa uma Mensagem do Senhor Governador do Estado, que o Senhor 1º Secretário procederá a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - PROCEDE LEITURA DA MENSAGEM. (Cópia anexa).

Mensagem

MENSAGEM Nº 007/95

Curitiba, 15 de fevereiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em conformidade com o preceito contido no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa, para meus eventuais afastamentos do País, assim como os da vice-Governadora Senhora Emilia Belinati, que, no interesse da Administração venham a ser necessários, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, Países esses que, com o Brasil, integram o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Tal autorização poderia permitir os afastamentos que se verificarem até 31 de dezembro de 1998, fazendo-se, de cada um, prévia e expressa comunicação a essa Casa de Leis.

A presente solicitação, Senhor Presidente, justifica-se plenamente, não só pela posição geográfica do Estado do Paraná, limítrofe a dois dos mencionados Países,

mas, também, pela sua expressiva condição econômica, sendo hoje uma das unidades da Federação que mais tem crescido, mormente na produção agropecuária e na atividade industrial, fato que, indubitavelmente, lhe credencia como uma das grandes figuras nos negócios do MERCOSUL.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dando uma demonstração de que a Assembléia do Paraná deseja cooperar com o Governador Sua Excelência Jaime Lerner. E como nós estamos numa Sessão Solene, vamos quebrar mais uma vez o protocolo para submeter à votação dos Senhores Deputados, e com a concordância dos Senhores Líderes, que o Senhor Governador e a Senhora vice-Governadora se ausentem do país até dezembro de 1998. Está em votação o Requerimento. Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Senhor Governador e a Senhora vice-Governadora estão autorizados a viajar. O Senhor Governador parece que viaja amanhã ou depois de amanhã e nós não podemos perder tempo. O MERCOSUL está caminhando rapidamente e o Paraná tem que se adiantar.

Muito obrigado aos Senhores Deputados que concordaram com a aprovação dessa resolução. Antes de encerrar a presente Sessão, esta Presidência deseja expressar seu mais profundo agradecimento pela presença das Autoridades Cíveis, Militares, Eclesiásticas e Representativas do Corpo Consular, bem como os demais presentes que, aqui comparecendo, muito honraram, prestigiaram a dignificaram este Poder Legislativo.

Solicito a mesma Comissão anteriormente designada para que, ao término da presente Sessão, acompanhe Suas Excelências e o Senhor Governador do Estado, o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e a Senhora vice-Governadora durante a sua permanência no recinto do Palácio Dezenove de Dezembro.

Convido os presentes ao ouvirem o Hino do Paraná após o que estará encerrada a presente Sessão, convocando os Senhores Deputados para Sessão Ordinária de 20.02.95, segunda-feira à hora regimental, para elaboração e composição das Comissões Permanentes.

Levanta-se a sessão.